

Luís Lima Santos

Mestre Assistente

Universidade Fernando Pessoa - Porto

Avenida da República, 1850 2.º sala 6 - 4430-194 Vila Nova de Gaia - PORTUGAL

☎ 351.02.3708912

E-mail: contas@esoterica.pt

Tema: Sistemas de informação contabilística: contabilidade financeira e contabilidade de
gestão

Título: **A apresentação do desempenho e os sistemas de informação contabilística**

Resumo

Com a presente comunicação o autor pretende evidenciar a utilidade da informação contabilística e apresentar as actuais e futuras tendências no relato do desempenho empresarial.

Começa por questionar o actual modelo de avaliação do desempenho cujos objectivos são a tributação mais justa (impostos) e o retorno do investimento (mercado de capitais).

Após uma apreciação crítica, apresenta a posição dos principais organismos emissores de normas internacionais de contabilidade quanto à apresentação do desempenho; neste particular, um documento essencial foi, sem dúvida, o relatório que divulga a posição do G4+1¹ intitulado “*Reporting financial performance: current developments and future directions*”.

Seguidamente, explica e tenta demonstrar que a avaliação do desempenho empresarial necessita de uma estrutura conceptual que evidencie as vantagens decorrentes da utilização de variáveis informativas alternativas.

Conclui com as propostas acerca da apresentação e avaliação do desempenho empresarial, não só em função do utilizador mas, também, tendo em conta a oportunidade e custo de apresentar e o benefício de utilizar a informação contabilística.

¹ United States Financial Accounting Standards Board (FASB), United Kingdom Accounting Standards Board (ASB), Canadian Accounting Standards Board (CASB), Australian Accounting Standards Board (AASB) e New Zealand Financial Reporting Standards Board (FRSB).

Índice

1) Introdução

2) As envolventes do sistema contabilístico

3) A avaliação do desempenho

4) A apresentação e a percepção do desempenho

5) Relatório G4+1: desenvolvimentos recentes

5.1) Accounting Standards Board

5.2) Financial Reporting Standards Board

5.3) Financial Accounting Standards Board

5.4) International Accounting Standards Committee

5.5) Apreciação comparativa

6) G4+1: perspectivas futuras

6.1) Questões à procura de resposta

6.2) Quais os componentes do desempenho a ser apresentados?

6.3) Abordagens à apresentação do desempenho

7) Conclusões

Bibliografia

Anexo

1) Introdução

Na opinião de A. Lopes de Sá [1998, p. 27] a conta é, apenas, uma expressão formal de acontecimento(s); e a teorização acerca da "conta" foi o ponto de partida para construções lógico-dedutivas que actualmente assumem a forma de conta, isto é, de igualdade entre dois membros ou ainda de demonstrações.

E são as demonstrações do património (balanço), dos resultados e dos fluxos de caixa, entre outras, que firmam a informação contabilística dos nossos dias; a utilização daquela informação contabilística, preferencialmente, como suporte da prestação de contas ao Estado e com a finalidade da tributação (ou não tributação), constitui uma herança valiosa; de facto, aquela dependência serviu de propulsão ao desenvolvimento de procedimentos e normas que, de uma forma geral, emprestaram à contabilidade a complexidade própria de uma ciência.

Por outro lado, a complexidade dos negócios e das relações entre entidades económicas de diversas regiões (continentes) atribuíram à contabilidade uma dimensão mundial, relegando para plano secundário a sua utilidade no contexto nacional ou mesmo local.

Com esta dimensão mundial, na actualidade, a contabilidade serve de uma forma clara para informar os investidores no mercado de capitais, acerca do desempenho das entidades económicas; as regras são, de uma forma crescente, ditadas pelos organismos com protagonismo nas bolsas de valores e nas associações de profissionais de contabilidade, relegando-se o papel do Estado para a tributação, por via da supressão dos efeitos resultantes das divergências entre as regras fiscais e as regras contabilísticas.

Também a internacionalização das entidades económicas com a consequente apresentação de informação contabilística consolidada e potenciou a alteração de procedimentos e normas contabilísticas e a criação de outras normas visando informar acerca de um conjunto de entidades como se de uma única entidade se tratasse; o mundo é visto como uma "aldeia global", onde as diferenças entre a cultura, a economia, a fiscalidade, o idioma, a moeda e a profissão contabilística deixam de ser entraves e passam a ser meros componentes de um sistema.

E como um sistema não é propriamente a soma das partes, a regulamentação do sistema de informação contabilística manifesta-se contra as limitações impostas pelas partes (subsistemas nacionais) e desenvolve-se em função do todo (sistema internacional).

Existem, inclusive, estudos [Jorge Tua Pereda, 1996, p. 5-8] que dividem a evolução da regulamentação contabilística em três etapas: a empírica (em que as regras eram resultado da experiência), a lógica (em que as regras fluíam de um raciocínio lógico-dedutivo) e a teleológica (em que os objectivos e as características qualitativas da informação contabilística passam a ser determinados em função das necessidades dos utilizadores). Defende, o mesmo investigador [1985, p. 11-19], que, do ponto de vista doutrinal e epistemológico, «*los intentos racionalizadores de la disciplina contable han utilizado itinerarios lógico-deductivos tendentes a su formalización, consiguiendo así también la racionalización ... contable*».

É neste sentido que a percepção dos conflitos de interesses entre os diferentes utilizadores da informação contabilística, promove a essencialidade do utilizador [Domingos Cravo, 1991, p. 311] na configuração de um modelo contabilístico, ou seja, na definição de uma estrutura conceptual para a contabilidade e permite reconhecer a volatilidade [Luís Lima Santos, 1998, p. 247-248] da importância atribuída à informação contabilística, em função das vantagens percebidas:

«a informação será mais, ou menos, importante na medida em que os utilizadores lhes percebam, ou não, vantagens:

- os administradores, directores ou gerentes precisam de ajuda tomada de decisões económico-financeiras;
- os investidores procuram concluir acerca da capacidade de determinado negócio gerar dinheiro;
- o governo espera que uma tributação adequada resulte em receitas fiscais;
- os credores procuram respostas na análise do risco dos seus créditos;
- os clientes visam garantir a continuidade dos fornecimentos de bens e serviços;
- os colaboradores gostam de sentir segurança;
- os estudiosos buscam a compreensão e explicação dos fenómenos no mundo dos negócios; e
- em geral, procuram-se soluções para a sistematização do sucesso.»

Um facto inegável é que vivemos a reformulação da “contabilidade” em função dos interesses dos grandes grupos económicos com influência nos organismos de normalização contabilística; por outro lado, a complexidade das normas obriga à formação contínua dos

profissionais de contabilidade o que, nem sempre, se revela positivo² pois a oportunidade de apresentar a informação pode subtrair a qualidade informativa da mesma.

Entretanto, a própria revolução das tecnologias da informação merece reflexão uma vez que a contabilidade assegura o objectivo principal de informar, devendo fazê-lo sustentada nas novas tecnologias; se a base de *inputs* é invariável³, já os *outputs* devem variar em função das necessidades dos utilizadores da informação.

Sem esgotar as abordagens de análise do desempenho das entidades, será importante sobrelevar a questão social (nomeadamente a decorrente dos danos ambientais) e a questão do ensino da contabilidade em função de normas, sem um componente teórico adequado e com a conseqüente falta de criatividade, tão importante para o desenvolvimento sustentado de uma ciência.

Para acautelar eventuais confusões é conveniente acentuar o nosso entendimento de que demonstrações financeiras é uma expressão inadequada que se dá para referir as demonstrações contabilísticas, em virtude da tradução do termo “*financial statements*” do idioma inglês; assim, expressões como “*financial performance*” serão pronunciadas, simplesmente, por “desempenho”.

² Pelo menos de forma imediata.

³ Uma vez que deverá conter informação sobre todos os factos susceptíveis de registo contabilístico.

2) As envolventes do sistema contabilístico

Na opinião de alguns especialistas [Octávio Gastambide Fernandes, 1997, p. 19] existe apenas um sistema contabilístico, cujos dados suporte servem vários subsistemas informativos, em função do utilizador; esta dependência em relação às necessidades do utilizador manifesta as características de um sistema contabilístico multidimensional [Armandino Rocha, 1999, p. 6] em que o poder informativo vai para além da dicotomia “débito” e “crédito”.

Como sistema que é, em interacção com outros sistemas e sub-sistemas, a contabilidade não deve ser considerada como uma simples soma das partes, mas como um todo organizado e complexo, resultado da combinação das partes; de facto, o paralelismo ideológico entre a contabilidade e os outros ramos do conhecimento serve de auxílio na procura de princípios que permitam a compreensão dos fenómenos no mundo dos negócios e o assegurar do equilíbrio das entidades económicas.

Esta visão holística da contabilidade, mais funcional relativamente à tradicional, permite a apreensão dos sub-sistemas envolventes do sistema contabilístico, que dividimos em dois grandes grupos:

- sub-sistemas envolventes de interacção geral (o político, o económico, o jurídico, o sócio-cultural); e
- sub-sistemas envolventes de interacção específica (o ensino da contabilidade, a regulamentação contabilística, a profissão de perito contabilista, a fiscalidade e os utilizadores da informação contabilística).

Sendo a contabilidade um sistema aberto em relação de interdependência com o seu ambiente interno e externo, o seu desenvolvimento sustentado é reflexo de ajustamentos às pressões, exigências e contingências daquele ambiente.

Para melhor se compreender os sub-sistemas envolventes do sistema contabilístico torna-se necessário estabelecer linhas de orientação daqueles sub-sistemas contabilísticos [Leopoldo de Assunção Alves, 1999, p. 8-9]:

- A linha de orientação pública⁴, em que a contabilidade é regulada por diplomas legais, sendo um instrumento estatal de política fiscal e regulação económica; há, portanto, uma grande influência da fiscalidade que promove a regulamentação do “resultado contabilístico” reduzindo ao mínimo as diferenças entre este e o “resultado fiscal”. É uma contabilidade vocacionada para proporcionar informação aos utilizadores internos pelo que, a fiscalização tributária resulta no maior esforço de controlo; este tipo de orientação tem tradição em países como a Alemanha, o Japão, a França, a Espanha e Portugal.
- A linha de orientação privada⁵, em que a contabilidade é regulada por normas emanadas por organizações de profissionais o que, por si só, justifica uma profissão de perito contabilista forte e a utilização da informação contabilística como instrumento empresarial; é reduzida a influência da fiscalidade, razão pela qual existe acentuada diferença entre o “resultado contabilístico” e o “resultado fiscal”. É uma contabilidade vocacionada para proporcionar informação aos utilizadores em geral e aos investidores em especial, razão pela qual o controlo das contas é feito por via de auditorias independentes; este tipo de orientação tem tradição em países como o Reino Unido, a Holanda, os Estados Unidos, o Canadá e a Austrália.

É possível, então, inferir que a nível de instrumentos normativos, a linha de orientação pública adopta, sob a forma de documento legal, os planos de contas, as regras e os documentos de prestação de contas; em sentido diverso, a linha de orientação privada adopta, sob recomendação profissional, numerosas normas de contabilidade detalhadas e documentos de prestação de contas orientados para os investidores.

No entanto, a normalização contabilística apresenta amplitudes muito para além da dimensão nacional: a regional e a mundial; neste final de século assiste-se ao confronto das *IAS*⁶ com as *GAAP*⁷ e à normalização contabilística partindo das contas consolidadas para as contas individuais [Leopoldo de Assunção Alves, 1999, p. 53-60].

⁴ Ou jurídico-fiscal.

⁵ Ou económico-financeira.

⁶ International Accounting Standards.

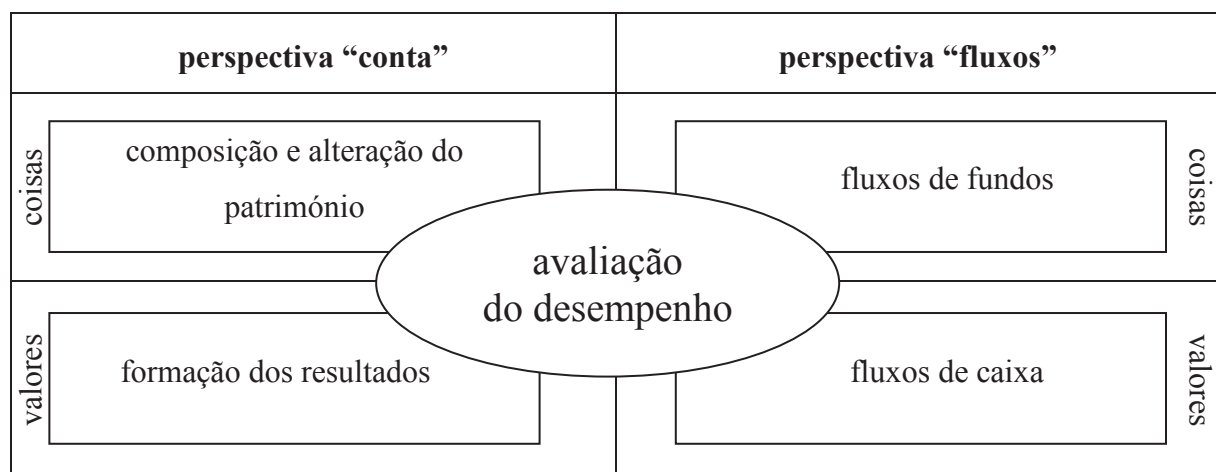
⁷ Generally Accepted Accounting Principles.

3) A avaliação do desempenho

As medidas do desempenho, de eficiência e de eficácia⁸, são um elemento imprescindível na gestão empresarial e na análise económico-financeira. É difícil subtrair uma definição de avaliação do desempenho, nomeadamente quando o objectivo é o estudo do comportamento das empresas; a ideia que se tem acerca do desempenho, sendo geral e abstracta, assume múltiplas interpretações em contabilidade.

Na opinião de Luis Ferruz Agudo, «... a pesar de su dificultad, el concepto de “performance” queda delimitado com una cierta precisión y entroncado con la idea de eficiencia del capital»⁹.

Sem a preocupação de sermos exaustivos ou definitivos, podemos considerar a avaliação do desempenho como um instrumento de levantamento de dados que caracterizam as condições que, dentro das empresas, estão em permanente conflito com os seus recursos disponíveis; após o tratamento daqueles dados, a preparação e apresentação de informação contabilística permite colher uma visão estática (perspectiva de “conta”) e outra dinâmica (perspectiva de “fluxos”) da mesma realidade e que é possível traduzir num esquema¹⁰ que de seguida se tenta representar, evidenciando a conflitualidade dos limites da avaliação do desempenho:



⁸ A eficiência trata da relação entre a qualidade e quantidade dos *inputs* utilizados e a qualidade e quantidade dos *outputs* gerados; a eficácia trata da relação entre a qualidade e quantidade dos *outputs* gerados e a qualidade e quantidade dos *outputs* previstos. (1995: 544-548)

⁹ (1995: 544-548)

¹⁰ Este esquema pretende delinear o nosso entendimento do raciocínio proposto pelo director da Revista de Contabilidade e Comércio, Hernâni O. Carqueja, em conversa informal sobre o assunto.

A sua análise permite constatar a confluência de diversas grandezas na avaliação do comportamento das entidades económicas que é, aliás, um dos objectivos aqui propostos.

Os exemplos que se seguem, relativos a questões recentemente formuladas [L. Todd Johnson e Andrew Lennard, 1998, p. 1-5], ilustram a preocupação e actualidade de como demonstrar o desempenho das entidades económicas¹¹:

- Como deve o desempenho ser relatado?
- Devem as rubricas dos resultados ser relatadas como componentes da conta de resultados ou da declaração de rendimentos, ou ser relatadas de forma diferente?
- Podem as actividades centrais incluir resultados relativos a actividades periféricas?
- Quais os componentes do desempenho a ser apresentados de modo a tornar a informação contabilística o mais útil possível?
- Quais as variáveis do desempenho que deveriam ser destacadas e as que deveriam ser agrupadas em conjunto?
- Quais os totais e subtotais que devem ser apresentados?
- Qual a definição de lucro a reconhecer?
- Como deverá ser o relato do desempenho no futuro?

Será, então, o lucro a medida de desempenho a privilegiar? é normal que nas entidades económicas os problemas se relacionem com a viabilização dos negócios, perspectivando o lucro; no entanto, o lucro já não é o que era... e resultados líquidos avultados não representam garantia de que existe dinheiro para solver compromissos de curto e médio e longo prazos.

¹¹ Para melhor se compreender a importância deste assunto, enumeram-se as instituições envolvidas no seu estudo: *Australian Accounting Standards Board (AASB)*, *Australian Accounting Research Foundation (AARF)*, *Canadian Institute of Chartered Accountants (CICA)*, *International Accounting Standards Committee (IASC)*, *Institute of Chartered Accountants of New Zealand (ICANZ)*, *Accounting Standards Board (ASB)* e *Financial Accounting Standard Board (FASB)*.

Em sentido diverso ao determinado por organismos internacionais de contabilidade¹², o desempenho das entidades económicas é relatado no balanço, nas demonstrações dos resultados¹³, no anexo ao balanço e à demonstração dos resultados por naturezas¹⁴, nas demonstrações dos fluxos de fundos, na demonstração dos fluxos de caixa, na informação sobre segmentos industriais e geográficos e nas divulgações acerca dos efeitos das variações de preços.

Como é natural, as questões interpretam dois pólos de interesses: os responsáveis pela preparação da informação contabilística e os utilizadores dessa mesma informação:

- Pequenos grandes problemas, como a forma de relatar o desempenho, originam questões - **para os preparadores da informação** - cujo propósito passa pela compreensão da utilidade da informação contida nas grandezas “variação de caixa e equivalentes” e “resultado líquido do exercício”.
- Outra questão, para além da compreensão da utilidade contida nas grandezas “variação de caixa e equivalentes” e “resultado líquido do exercício” está subjacente - **para os utilizadores da informação** - às diferenças entre o resultado apurado na base do acréscimo e o resultado apurado na base de caixa.

Em termos conceptuais “variação de caixa e equivalentes” e “resultado líquido do exercício” são, apenas, duas medidas simples do desempenho!

¹² Por exemplo, o *International Accounting Standards Committee*, ao entender que o desempenho é relatado singularmente na demonstração dos resultados.

¹³ Por naturezas e por funções.

¹⁴ Notas e outras demonstrações explicativas.

4) A apresentação e a percepção do desempenho

Existe consciência das diferenças na prática contabilística em vários países que, para assuntos mais complexos, enfrentam a fixação de normas internacionais; no relatório G4+1¹⁵ é evidenciada a preocupação de desenvolver um entendimento comum relativamente às práticas de apresentação do desempenho, dentro do reconhecimento e sistemas de mensuração usados¹⁶ nos países e jurisdições representadas no grupo de trabalho.

Uma das soluções desejadas seria o desenvolvimento de uma ou duas definições de desempenho com poderes para auxiliar as decisões económico-financeiras; no entanto, o relatório G4+1 reconhece que a diversidade e complexidade das organizações e dos negócios reduz aquelas duas medidas de desempenho a não mais do que um simples ponto de análise.

Por exemplo, existem utilizadores interessados em resultados de actividades centrais e em resultados de actividades periféricas, ou simplesmente em resultados de uma destas actividades; uns preferem valores absolutos, outros preferem valores relativos; esta incerteza cria dificuldades ao preparador da informação, no seu julgamento acerca da relevância da forma e tempestividade de apresentar o desempenho.

No entanto, sendo provável que nenhuma medida de desempenho sirva de forma absoluta a grande variedade de fins para os quais a informação é utilizada, as mudanças a introduzir não podem criar rupturas estruturais e custos elevados, devem ser identificadas e introduzidas suavemente.

A percepção do desempenho, como resultado das alterações que reflectem eventos económicos de determinado período, pode ser aviltada pelos efeitos de mudanças em políticas contabilísticas e correcções de erros.

Por outro lado, a circunstância de não reflectirem eventos económicos não inibe a manifestação de mudanças nas quantias registadas nos capitais próprios pelo que, aqueles efeitos, devem ser apresentados em informação separada à do restante desempenho.

¹⁵ Johnson, L. Todd e Lennard, Andrew [1998, p. 1-3].

¹⁶ Ou que são assunto de propostas correntes.

Também a informação segmentada sobre diferentes negócios, potencia a utilidade da informação apresentada acerca da entidade económica como um todo.

É um facto que diferentes utilizadores têm necessidades informativas e objectivos diferentes, o que exalta a importância de saber quais as variáveis do desempenho que devem ser apresentadas para tornar a informação contabilística o mais útil possível.

Qual será, então, na óptica do preparador e do utilizador, a solução mais adequada relativa à avaliação do desempenho e às vantagens de uma efectiva apresentação, percepção e utilização da informação contabilística?

5) Relatório G4+1: desenvolvimentos recentes

Os desenvolvimentos normativos em torno do desempenho foram promovidos pelo *ASB*¹⁷, pelo *FRSB*¹⁸, pelo *FASB*¹⁹ e pelo IASC.

5.1) Accounting Standards Board

Em 1992, o *ASB* emitiu a *Financial Reporting Standard n.º 3 (FRS 3)*, subordinada ao relato do desempenho²⁰; a *FRS 3* introduziu uma nova demonstração do desempenho, versão do Reino Unido da demonstração dos resultados dos Estados Unidos e do Canadá, relativa ao reconhecimento total de ganhos e perdas, cujo objectivo era evidenciar os ganhos e perdas de determinado período não reconhecidos no resultado líquido.

5.2) Financial Reporting Standards Board

Em 1994, o *FRSB* emitiu a *Financial Reporting Standard n.º 2 (FRS 2)*, subordinada ao relato do desempenho²¹; a *FRS 2* introduziu uma nova demonstração do desempenho, versão da Nova Zelândia da demonstração de ganhos e perdas do Reino Unido e da demonstração dos resultados dos Estados Unidos e do Canadá, relativa aos movimentos no capital próprio, cujo objectivo era evidenciar alterações no capital próprio decorrentes, ou não, do desempenho.

5.3) Financial Accounting Standards Board

Em 1997, o *FASB* emitiu a *Financial Accounting Standard n.º 130 (FAS 130)*, subordinada ao relato do desempenho²²; a *FAS 130* introduziu um novo conceito, o “resultado obtido”, que inclui todas as alterações no capital próprio, excepto as decorrentes de investimentos dos detentores do capital e de distribuições para os mesmos; admite, também, a possibilidade de reincorporar na demonstração dos resultados as rubricas do desempenho relatadas fora desta demonstração.

¹⁷ Reino Unido.

¹⁸ Nova Zelândia.

¹⁹ Estados Unidos.

²⁰ Intitulada “*Reporting Financial Performance*”.

²¹ Intitulada “*Presentation of Financial Reports*”.

²² Intitulada “*Reporting Comprehensive Income*”.

5.4) *International Accounting Standards Committee*

Em 1997, o *IASC* modificou a *International Accounting Standard n.º 1 (IAS 1)*, relativa à apresentação das demonstrações contábilísticas²³ e que inclui, entre outros assuntos, o relato do desempenho; neste domínio, o *IASC* determina a apresentação de uma segunda demonstração do desempenho (semelhante à proposta no *FRS 3*, no *FRS 2* e no *FAS 130*), tendo optado pela demonstração de alterações no capital próprio (o que representa uma aproximação ao *FASB*).

5.5) *Apreciação comparativa*

Em termos comparativos, as normas citadas apresentam parecenças e diferenças que se resumem da forma que a seguir se apresenta [L. Todd Johnson e Andrew Lennard, 1998, p. 10-12].

Principais parecenças

- o relato do desempenho deve ser transparente e efectuado numa base de abrangência total, isto é, deve incluir todas as alterações ocorridas no capital próprio, com excepção das resultantes de influxos e de exfluxos, de e para, os detentores do capital;
- com excepção do *IASC*, todos desejam uma medida para o desempenho global, no sentido de que não seja omitida nenhuma rubrica reconhecida; e
- algumas rubricas do desempenho devem ser relatadas de forma independente da demonstração dos resultados.

Principais diferenças

- quanto ao tipo de demonstração a utilizar no relato independente de algumas rubricas do desempenho;

²³ Após a revisão, intitulada "*Presentation of Financial Statements*".

- quanto ao facto do relato das rubricas decorrentes do desempenho poder ser efectuado numa demonstração do desempenho ou numa outra demonstração;
- quanto ao modo de distinguir as rubricas relatadas na demonstração dos resultados, das rubricas relatadas fora daquela demonstração; e
- quanto à possibilidade de reincorporar na demonstração dos resultados as rubricas do desempenho relatadas fora desta demonstração.

Ou seja, basicamente existem três perspectivas diferentes de relatar o desempenho fora da demonstração dos resultados, ainda que não sejam apresentadas justificações conceptuais: a perspectiva da “demonstração das alterações no capital próprio”, a perspectiva da “segunda demonstração do desempenho” (relativa ao reconhecimento total de ganhos e perdas) e a perspectiva da “demonstração alargada dos resultados”.

Um aspecto importante é, sem dúvida, a posição assumida quanto à possibilidade de reincorporar, ou não, as rubricas do desempenho relatadas anteriormente fora da demonstração dos resultados; é o caso, por exemplo, dos ganhos (não realizados) gerados com a reavaliação dos activos imobilizados corpóreos que, no ano n , são relatados fora da demonstração dos resultados e, após a sua alienação no ano $n+1$, admitem a possibilidade de reincorporar, ou não, os eventuais ganhos na demonstração dos resultados.

6) G4+1: perspectivas futuras

Os desenvolvimentos recentes em torno do desempenho, aportados nos *FRS 3*, *FRS 2*, *FAS 130* e *IAS 1*, permitiram um embate com o tradicional conceito de desempenho e permitiram melhorias significativas na sua apresentação.

Não obstante, o progresso será maior se, num futuro próximo, for possível identificar e corrigir as diferenças na apresentação do desempenho, em favor da comparação internacional.

6.1) Questões à procura de resposta

As questões a requerer solução podem ser resumidas [L. Todd Johnson e Andrew Lennard, 1998, p. 10-12] nas seguintes três:

- 1) a avaliação do desempenho deve ser efectuada em várias demonstrações, em função do tipo de informação a proporcionar?
- 2) deve a avaliação do desempenho ser efectuada numa simples demonstração?
- 3) quais os componentes do desempenho a apresentar?

Quanto à primeira questão, importa referir que uma demonstração das alterações no capital proporcionará mais informação de qualidade mas, pode manifestar adversidades se agregar informação acerca dos investimentos dos detentores de capital e das distribuições para os mesmos. Portanto, a longo prazo, esta opção poderá encontrar constrangimentos.

A eliminação dos constrangimentos da opção anterior conduz à apresentação do desempenho numa única demonstração, confiando o relato de informações não decorrentes do desempenho a outra demonstração separada; no entanto, a opção de proporcionar informação em apenas uma, ou mais do que uma, demonstração do desempenho evidencia inquietações pragmáticas e não conceptuais.

A última questão encontra resposta nas necessidades dos utilizadores; os utilizadores mais frequentes são, para além da direcção da empresa, o governo e os investidores.

O governo pretende uma base informativa (resultados das operações acrescido da variação de riqueza não reflectida naqueles resultados?) para efectuar uma justa tributação. Os investidores necessitam de certificar expectativas (fluxos de caixa futuros, com base no desempenho passado) com reflexo nos preços de mercado dos activos financeiros e, conseqüentemente, nos seus lucros.

A diversidade de componentes a apresentar poderia resultar numa simples lista de informações heterogéneas; com base neste perigo, as conclusões do relatório G4+1 apontam no sentido de combinar rubricas com potencial informativo semelhante e separar rubricas com potencial informativo diverso. Em todo o caso, a forma de apresentar não deverá influenciar os componentes a ser apresentados²⁴:

«Even though some believe a two-statement format may offer the opportunity to present more information in greater detail, that does not necessarily mean that primary components to be reported - and the order in which they are to be reported - should necessarily be different than under a one statement format.»

6.2) Quais os componentes do desempenho a ser apresentados?

A primeira solução dos investigadores consiste em dividir os componentes em primários e secundários, por exemplo, em componentes resultantes de actividades operacionais e de actividades contínuas e descontínuas, respectivamente; entretanto, L. Todd Johnson e Andrew Lennard apontam²⁵ três linhas de orientação acerca dos componentes do desempenho a apresentar:

- a primeira, em função das necessidades dos utilizadores;
- a segunda, em função dos reflexos nos preços das acções; e

²⁴ Johnson, L. Todd e Lennard, Andrew [1998, p. 19].

²⁵ [1998, p. 21-29].

- a terceira, em favor de uma classificação dicotómica.

Quanto à primeira e segunda linhas de orientação, aquelas que definem os componentes do desempenho em função das necessidades²⁶ dos utilizadores e em função do reflexo nos preços das acções, a pesquisa do comité lider de académicos do *AAA*²⁷ sugere directrizes para o relato dos componentes do desempenho:

- uma directriz, separa os componentes em permanentes²⁸ e temporários²⁹;
- outra, considera que os ganhos e perdas não realizados num exercício não sugerem qualquer indicação de que os mesmos sejam realizados no próximo exercício, razão pela qual deveriam ser apresentados separadamente dos outros componentes do resultado³⁰; e
- outra, defende o relato das actividades operacionais (registadas ao preço histórico, diferente do justo valor) distinto das actividades financeiras (registadas ao preço de mercado, mais próximo do justo valor).

Outras entidades fizeram recomendações relativamente à influência dos utilizadores na definição dos componentes do desempenho:

- a introdução do conceito de “resultado obtido” que inclui o *goodwill*, os ganhos e perdas nas transacções de moeda estrangeira e os ganhos e perdas não realizados, estes apresentados de forma a proporcionar a sua avaliação específica; o maior detalhe das rubricas extraordinárias com a classificação de rubricas não comuns e não recorrentes³¹;
- a admissão do conceito de ganhos (e perdas?) asseguráveis, derivados do desempenho operacional, e a sua apresentação separada de outros ganhos e perdas, nas rubricas do capital próprio³²; e

²⁶ Na opinião do G4+1, essencialmente as relacionadas com a influência dos componentes no preço das acções.

²⁷ *American Accounting Association*.

²⁸ Persistentes.

²⁹ Transitórios.

³⁰ E, pelo facto dos mercados de instrumentos financeiros serem mais completos e expressivos, os ganhos e perdas de participações associadas com activos e passivos financeiros deveriam ser relatados separadamente dos associados com activos e passivos não financeiros.

³¹ Posição expressa no relatório do *Association for Investment Management and Research (AIMR)*, em 1993.

³² Posição expressa na *Statement of Investment Practice n.º 1 (SIP 1)*, do *Institute of Investment Management and Research (IIMR)*, em 1993.

- a eliminação do conceito de rubricas extraordinárias, o relato do desempenho dividido em actividades centrais e actividades não centrais e custos financeiros, e a não consideração no capital próprio dos ganhos e perdas dos activos não centrais³³;

A terceira linha de orientação, favorece uma classificação³⁴ dicotómica (em alguns casos redundante!) para uma divisão conceptual do desempenho em componentes principais:

- activo / passivo
- alterações no valor das operações / alterações no valor de mercado
- alto valor preditivo / baixo valor preditivo
- central / não central
- central / periférico
- certo / incerto
- contínuo / descontínuo
- controlável / incontrolável
- desempenho completo / desempenho incompleto
- distribuível / não distribuível
- evento endógeno / evento exógeno
- fiável / não fiável
- final / provisório
- frequente / não frequente
- maior liquidez / menor liquidez
- normal / anormal
- operacional / não operacional
- operacional / participação
- ordinário / extraordinário
- permanente / temporário
- principal / secundário
- realizado / não realizado

³³ Posição expressa no relatório do Comité Especial do *American Institute of Certified Public Accountants (AICPA)*, em 1994.

³⁴ Lista elaborada a partir de outros documentos, do relatório do *AIMR*, da *SIP 1* do *IIMR*, do *draft Statment of Principles* do *ASB*, do *Concepts Statment n.º 5* do *FASB*, e no *exposure draft of a Concepts Statment* do *FASB*.

- recorrente / não recorrente
- repetitivo / não repetitivo
- reversível / irreversível
- separável / inseparável
- transacções de câmbio / outros eventos
- usual / não usual
- volátil / menos volátil

As classificações apresentadas facilitam o emergir de alguns vectores de análise dos componentes do desempenho a apresentar, tais como, a realização, o valor preditivo relativo e a separação das actividades.

A realização entendida como o reconhecimento para ser incluído nos resultados e não como a capacidade de conversão em dinheiro (caixa ou equivalentes a caixa). O valor preditivo que é atribuído às actividades permanentes ou persistentes, implica a separação destas relativamente às actividades temporárias ou transitórias. Por último, a separação das actividades em centrais ou não centrais, em operacionais ou de participação e em operacionais ou financeiras.

6.3) Abordagens à apresentação do desempenho

No relatório G4+1 foram consideradas várias abordagens à apresentação do desempenho, no sentido de ilustrar o percurso a percorrer para a avaliação do desempenho; foram consideradas quatro abordagens, que apresentamos em anexo, assinaladas por A, B, C e D.

É sempre importante recordar que, nestas quatro abordagens, o conceito de desempenho subjacente é aquele que deriva da demonstração dos resultados, por naturezas ou por funções.

A abordagem A, proposta pela KPMG do Reino Unido, aponta para uma única declaração do desempenho que apresenta duas perspectivas, a dos ganhos realizados e a dos ganhos não realizados, em colunas distintas; nesta abordagem, que consiste numa adaptação da *FRS 3*, os valores relativos a operações contínuas e descontínuas são apresentados em separado. A abordagem B, refere que a utilização de colunas distintas, para apresentar os ganhos realizados

e os ganhos não realizados, prejudica a percepção do desempenho³⁵, razão pela qual apresenta uma abordagem compatível com a assumida na *FAS 130*; os conceitos de “resultado obtido” e de “resultado líquido” podem ser diferentes para determinado período em análise mas, no total dos períodos, terão um significado idêntico; também nesta abordagem os valores relativos a operações contínuas e descontínuas são apresentados em separado. A abordagem C que, para apresentar duas perspectivas diferentes, prefere a utilização de duas demonstrações do desempenho. Na demonstração em anexo, é evidente a preocupação de apresentar em separado os valores de rubricas relacionadas com activos e passivos de curto prazo e os valores de rubricas relacionadas com activos e passivos de médio e longo prazos. A abordagem D prefere a divisão de rubricas operacionais e de participação, isto é, relativas à actividade operacional e relativas ao financiamento; restam as rubricas relativas a outros ganhos e perdas, ainda que sem diferenciar os realizados dos não realizados.

Sem qualquer tipo de dúvida, o G4+1 atribui mérito às quatro abordagens uma vez que todas apresentam vantagens (e desvantagens); no entanto, conceptualmente, à abordagem D foi reconhecida a maior preferência.

Parece-nos, pois, que o que se está a tentar transmitir através do G4+1 é uma ideia do desempenho meramente financeiro! no entanto, o desempenho tem um poder informativo superior e não pode ficar apenas pela perspectiva financeira... o utilizador pode esperar outro tipo de informação.

Na altura em que terminamos de escrever esta comunicação tivemos o privilégio de assistir a uma interessante conferência sobre a contabilidade multidimensional³⁶; estão a ser estudadas novas formas de apresentar e avaliar o desempenho. Não devemos, os preparadores da informação, descuidar de saber quem vem em função de quem, isto é, será a informação contabilística que deve ser preparada em função do utilizador ou, ao invés, será o utilizador que se deve adaptar aos novos modelos de informar³⁷?

³⁵ Uma vez que o elevado número de colunas requeridas pode impedir a apresentação do desempenho numa única página e, existe a possibilidade da mesma quantia ser apresentada várias vezes sob perspectivas diferentes.

³⁶ Brillantemente proferida pelo Professor Doutor Armandino Rocha, no Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto, em 27 de Maio de 1999.

³⁷ Tais como, por exemplo, os modelos de Yuji Ijiri (teoria da contabilidade multidimensional) e de Torben Thomsen (teoria de rede aplicada à contabilidade).

7) Conclusões

A informação contabilística é preparada para uma diversidade de destinatários, potenciais utilizadores, que assumem objectivos virtualmente diferentes; no entanto, aquela informação não difere no seu modo de apresentação e na sua plenitude, o que suscita, desde logo, dúvidas quanto ao hipotético valor informativo de que aquela possa estar investida; sugerindo um modelo alicerçado na utilidade percebida, o relato do desempenho será mais, ou menos, adequado na medida em que os **utilizadores** lhes reconheçam, ou não, vantagens.

No entanto, a “imagem fidedigna” (adequada ou merecedora de crédito) do desempenho é tarefa dos **preparadores** da informação contabilística, responsáveis pela apresentação do desempenho empresarial em função dos utilizadores que, no dealbar dos tempos, se mostram mais interessados: os gestores, o Estado e os investidores.

De forma diversa ao quadro normativo proposto pelo *ASB*, *FRSB*, *FASB* e *IASC* que centram a importância da avaliação do desempenho no investidor, entendemos que o desempenho empresarial não é exclusivo da demonstração dos resultados, ainda que separado em várias actividades, vários tipos de operações ou até várias demonstrações. De facto, não tem existido uma preocupação conceptual na definição do desempenho, mas sim uma preocupação em satisfazer os utilizadores do mercado de capitais e uma preocupação de eliminar diferenças no relato do desempenho vigente nos vários países.

É que a apresentação do desempenho empresarial não depende apenas da forma de apresentar mas também do conteúdo a apresentar, em função do utilizador e, sem descuidar que os proveitos da utilização estão, regra geral, dissociados dos custos de proporcionar a informação. Poderá, esta informação preparada por profissionais altamente qualificados, ser paga pelos utilizadores? estarão dispostos a aceitar este desafio, atendendo aos ganhos de utilizar a informação?

É evidente a falta de consenso quanto a estas questões e a outras colocadas durante este trabalho que, como base, elegeu o relatório do G4+1; neste relatório as questões mereceram reflexão meritória mas... parafraseando Jorge Tua Pereda³⁸ uma estrutura conceptual é um

³⁸ [1996: 12]

itinerário lógico-dedutivo que descreve os fundamentos conceptuais e o modo de preparar a informação acerca do desempenho, com um elevado nível de abstracção que lhe confere flexibilidade mas... não oferece conclusões categóricas, apenas procura um mínimo de coerência lógica indispensável.

Fica, portanto, em aberto a definição de um quadro conceptual de apresentação do desempenho não só em função da necessidade e percepção do utilizador mas, também, tendo em conta a oportunidade e o custo de apresentar e o benefício de utilizar³⁹.

³⁹ É lógico que estudos desta natureza nunca poderão deixar de contar com a investigação efectuada a nível de organismos internacionais de profissionais de contabilidade, ainda que “vocacionados” para determinado tipo de utilizador.

Bibliografia

- ALVES, Leopoldo de Assunção (1999) “Normalização contabilística internacional”; papeis de trabalho de seminário; Associação Portuguesa de Peritos Contabilistas; Porto
- CRAVO, Domingos J. Silva (1991) “Considerações em torno do paradigma da utilidade”; em AAVV: Actas das IV Jornadas de Contabilidade; Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Aveiro; Aveiro; p. 303-322
- FERNANDES, Octávio Gastambide (1997): Entrevista concedida à Eurocontas, n.º 29, Junho-Julho; Lisboa; p. 18-21
- FERRUZ AGUDO, Luis (1995): “Flujos de caja descontados, tasa de retorno o performance del capital: una aproximación empresarial con sesgo financiero”; em AAVV: Contabilidad y finanzas para la toma de decisiones - Libro homenaje a Federico Leach Albert; Departamento de Contabilidad y Finanzas, Universidad de Zaragoza; Zaragoza; p. 543-568
- JOHNSON, L. Todd e LENNARD, Andrew (1998): “Reporting financial performance: current developments and future directions”; Financial Accounting Standards Board
- ROCHA, Armandino (1999): Entrevista concedida à Eurocontas, n.º 47, Março; Lisboa; p. 4-7
- SÁ, A. Lopes (1998): “Teoria da contabilidade”; Editora Atlas; São Paulo;
- SANTOS, Luís Lima (1998): “A imagem fidedigna e a incrível mestria de uma estrutura conceptual”; em AAVV: Actas do 1.º Simpósio Internacional “A contabilidade na viragem do século”; Edições Universidade Fernando Pessoa; Porto; p. 237-251
- TUA PEREDA, Jorge (1985): “Los principios contables en el ordenamiento jurídico”; Revista la Ley, Junho; p. 11-19
- (1996): “Necesitamos un marco conceptual?”; comunicação apresentada nas VI Jornadas de Contabilidade, Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa; Lisboa

Anexo

	Abordagem A				
	custo histórico		ajustes de valor	total	
operações contínuas	550			550	
aquisições	50	600		50	600
operações descontinúas		175			175
volume de negócios		775			775
custo das vendas		- 620			-620
margem bruta		155			155
custos operacionais líquidos		- 99	- 5		- 104
proveitos operacionais					
operações contínuas	55		- 5	50	
aquisições	6	61		6	56
operações descontinúas	- 14		- 1	- 15	
provisões	9	- 5	1	10	- 5
		56			51
proveitos venda imobilizações		18	- 9		9
reavaliação imobilizados (IC e II)			4		4
reavaliação investimentos (IF)			- 3		- 3
perdas em operações descontinúas	- 17			- 17	
provisões	20	3		20	3
resultado operacional antes juros		77			64
juros a liquidar		- 18			- 18
resultado operacional antes impostos		59			46
impostos actividade operacional		- 14			- 14
resultado operacional após impostos		45			32
interesses minoritários		- 2			- 2
diferenças câmbio investimentos ME			- 2		- 2
sub-total (resultado)		43			28
lucros / dividendos		- 8			

total (resultado retido)		<u>35</u>			

	Abordagem B		
volume negócios			
operações contínuas		550	
aquisições		50	
operações descontínuas		175	775
custo das vendas			- 620
custos operacionais líquidos			- 99
excesso de proveitos sobre os custos			
operações contínuas		55	
aquisições		6	
operações descontínuas	- 14		
provisões	9	- 5	56
proveitos venda imobilizações		18	
perdas em operações descontínuas	- 17		
provisões	20	3	21
juros a liquidar			- 18
impostos actividade operacional			- 14
interesses minoritários			- 2
sub-total			43
reavaliação imobilizados (IC e II)		4	
reavaliação investimentos (IF)		- 3	
diferenças câmbio investimentos ME		-2	
		- 1	
ajustamentos de reincorporação		- 14	- 15

total			28

	Abordagem C		
volume negócios			
operações contínuas		550	
aquisições		50	
operações descontínuas		175	775
custo das vendas			- 620
outros custos			- 104
excesso de proveitos sobre os custos			
operações contínuas		50	
aquisições		6	
operações descontínuas	- 15		
provisões	10	- 5	51
juros a liquidar			- 18
impostos actividade operacional			- 11
sub-total			22
perdas em operações descontínuas	- 17		
provisões	20	3	21
proveitos venda imobilizações		9	
reavaliação imobilizados (IC e II)		4	
reavaliação investimentos (IF)		- 3	
diferenças câmbio investimentos ME		-2	
impostos		- 3	8

interesses minoritários			- 2
	total		28

	Abordagem D		
<u>Actividades operacionais</u>			
volume negócios			
operações contínuas		550	
aquisições		50	
operações descontínuas		175	775
custo das vendas			- 620
outros custos			- 104
excesso de proveitos sobre os custos			
operações contínuas		50	
aquisições		6	
operações descontínuas	- 15		
provisões	10	- 5	51
<u>Actividades de financiamento</u>			
juros a liquidar			- 18
<u>Outros ganhos e perdas</u>			
perdas em operações descontínuas	- 17		
provisões	20	3	
proveitos venda imobilizações		9	
reavaliação investimentos (IF)		- 3	
reavaliação imobilizados (IC e II)		4	
diferenças câmbio investimentos ME		-2	11
impostos			- 14

interesses minoritários			- 2
	total		28